linguística aqui defendida, o professor terá certamente melhores condições de orientar os seus alunos na produção de textos escritos que não atendam apenas às expectativas do plano idiomático, mas que sejam também congruentes e adequados.

Notas

1. Em sua bem fundamentada e bem conduzida pesquisa sobre a redação na escola, Eglé Franchi aponta para a seguinte conclusão: “é respeitando o diàlogos das crianças, despertando nelas a consciência das variações dialeéticas, que mais facilmente as levamos a dominar o diàlogos padrão colo.” (FRANCHI, 1984:122).

2. Ressaltaria, entre outros estudos, o trabalho de Alcir Pécora, Problemas de redação e o artigo de Percival Leme Brito, Em terra de surdos-mudos (um estudo sobre as condições de produção de textos escolares). V. as referências bibliográficas no final.


4. Coseriu ve leal do termo correto para referir-se a ‘saberes’ do saber linguístico manifestado no plano de saberes idiomáticos. Evita o termo, em razão de sua forte tradição normativa no nosso ensino escolar da língua materna.

5. PERINI, 1993:40.


Referências


heranças animal e hereditária, complicações de que nem as ciências naturais
deram ainda conta, para fixar-me nas paixões, interesses, idéias e sugestões
que preenchem a vida social de significado, para delas aproximar-me conside-
rando-as gestos produtoras de sentido. Com isso, penetro no domínio da
semiótica, deixo Rosa em paz e arrisco-me a exercitar a reflexão letrada, na
tentativa de delimitar um campo e de definir objeto e metodologia de uma dis-
ciplina destinada a ocupar-se dos códigos simbólicos e das significações que
produzem.

As idéias e sugestões de outrem

A fecundidade das noções sistematizadas no Curso de Linguística Geral, obra
póstuma de Saussure, publicada em 1916, pode estar bem representada na
exclamação de Greimas, diante de um Barthes ansioso, que lhe dizia, em
Alexandria, não ter lido Saussure: "Mas não se pode desconhecer Saussure!
"(CALVET,1993,113), espiou-se Greimas, entregando ao outro o Curso e a
tarefa de le-lo. A leitura que estimulou Barthes, apontando-lhe caminhos que
ele viaia a desenvolver com brilho próprio, é a mesma leitura que vai oferecer as
bases e as regras do pensamento semiótico moderno.

A oposição central que Saussure estabelece, entre língua e fala, dá uma revi-
ravolta nos estudos feitos até então, ocupados com a história, a tipologia e a
gramática das línguas. Opondo a língua, sistema constituído de diferenças a ser
inconscientemente considerado, à fala, ato individual de utilização do sistema.
Saussure pensava estar separando o essencial do acessório e instituia o prima-
dor da língua, fornecendo os elementos de cientificidade para o estudo das
línguas: um objeto formal definido, um método próprio de observação, uma
terminologia específica. A língua constitui-se o objeto da Linguística, que aban-
dona a fala, "reservatório de complexidades difíceis de ordenar", "lugar das
subjetividades" (ROBIN,1977,25). A parole é vista como superflua, mas como
esse superfluo, na verdade, "constitui uma reserva estrutural do sistema" (FORIN,
1994,15), viai a ser, mais tarde, novamente considerado. An-
tes, porém, passa-se por todo um período de fertilização teórica do movimento
estruturalista.

Entre 1929 (Círculo Lingüístico de Praga) e 1957 (publicação de Syntactic
Structures, de Chomsky) a história da Linguística é a "história do avanço do
formalismo" (PAVEL,1990,139). Depois muito criticado e finalmente superado, é
o formalismo linguístico, entretanto, que permite a construção de um modelo
teórico de análise das línguas capaz de transformar a Linguística no "paradigma
fundador e inaugural de todas as ciências" (ROBIN,1977,17). Veja-se o que diz
Ducrot, em 1966:

A Linguística pode propor seus métodos como modelo para as outras ciências
humanas? Torna-se hoje cada vez mais banal responder afirmativamente a esta
pergunta. A Sociologia, a Etnografia, a Psicanálise habituam-se a considerar
uma instituição, um mito ou um sonho como sendo, numa larga medida, con-
juntos significativos, cuja significação precisa, antes de tudo, ser estabelecida;
à Linguística, estudo das línguas naturais, isto é, de puros sistemas de significação,
deve assim, sem paráfrase, pretender ser o paradigma da ciência humana. (apud
ROBIN,1977,17)

Para que não se pense ter o otimismo exagerado ou a presunção sem limites
tomado conta dos linguistas em geral, transcreve-se aqui o alerta de Mounin,
emancipado apenas um ano depois da profissão de fé de Ducrot:

Hoje em dia a Linguística beneficia-se (...) deste papel de ciência vedete. Mas é
possível que o balanço que se deva fazer assemelhe-se a pouco ao que se fez
do uso precipitado dos conceitos biológicos no século XIX, depois do uso não
menos precipitado que se fez também pelos fins do século XIX dos conceitos da
Psicologia, para resolver problemas linguísticos. É nisso que eu vejo uma parte
de moda, uma parte de voga, que não nos é benéfica, pois preferimosmos que se
utilizasse profunda mas solidamente a Linguística e que se reduzissem e se
precisassem bem as zonas em que ela se aplica. (apud ROBIN,1977,18)

Confronto interessante quando menos para aprendermos a relativizar os
julgamentos feitos no "calor da hora", e que naquele momento classificariam,
por exemplo, Ducrot como progressista e Mounin como conservador, a oposi-
ção entre os dois linguistas, se mostra a luz pela afirmação de um pensamento,
mostra também que a construção teórica de uma doutrina é também a reflexão
histórica sobre um momento. Mostra, ainda, que um movimento é feito de em-
bates, de contrapontos, de discordâncias. O estruturalismo, que começa a
tocar o declínio no final da década de 60, é um movimento exuberante exacta-
mente pelas muitas polêmicas que é capaz de gerar, seja com o questionamento
dos adeptos de outras orientações teóricas, seja com as discussões internas
que seus próprios seguidores estimulavam. Os grandes nomes do estruturalis-
mo foram aqueles que, não desprezando os princípios gerais da doutrina, sou-
beram construir um caminho próprio e individual, conquistar adeptos e
opositores com a mesma força.

Lévi-Strauss, Lacan, Barthes, Greimas, Althusser, Foucault, Derrida — estrutu-
ralistas ou pós- — são intelectuais que fazem o pensamento do século XX, são os
grandes disseminadores da herança estruturalista, exatamente porque foram
capazes de, assimilando-a, superá-la dieléticamente. Se a história de cada disci-
plina é, como afirma Pavel, uma “sequência de fracassos teóricos”, o estruturalis-
mo rígido esgota-se, mas não se deve decretar seu fim, pois, “empregada no
interior da história, a noção de fim assinala menos uma constatação que um
desejo, nomeia menos um fechamento do que abre uma polêmica”.

(PAVEL, 1990)

O que parece justamente abrir uma polêmica, não só em relação à idéia do
fim do estruturalismo mas também em relação ao universo teórico do movi-
mento, é a entrada em circulação da noção de discurso. Considera Régine Robin
que a idéia do domínio da fala como domínio da liberdade (em que se conside-
traria um sujeito que dissesse “eu falo”) está inscrita numa filosofia do sujeito
neutro, transparente (um sujeito que dissesse “ato falai”) — filosofia de antes da
descoberta freudiana — e naquela de um sujeito sem determinações sócio-ide-
ológicas (um sujeito do “fala-se”) — uma filosofia de antes de Marx.

(ROBIN, 1977, 25)

Assimilando a herança de Marx e Freud e produzindo na teoria estruturalista
as rupturas que seu próprio fechamento forçosamente provocaria, a Linguísti-
cia vai em busca do discurso, “lugar da instabilidade das estruturas” (FIORIN, 1994, 11), deslocando o centro das preocupações dos lin-
güistas do sistema para a história, das formas e representações estáveis para a
instabilidade. Supondo o discurso o conjunto das relações extralingüísticas que
o constituem, as linguísticas do discurso deverão considerar as condições de
produção do discurso, as relações entre um eu, o outro e o mundo em que
convivem.

O discurso é um processo semiótico, um todo de significação constituído
pela enunciação. Com o ato de produção do discurso, o sujeito toma posição
em relação ao conjunto de representações que dão forma ao quadro ideoló-

gico que o governa e de que ele é o suporte. Ao passar do sistema ao discurso
pela enunciação, o sujeito enunciador temporiza, especula e acafezia a linguagem,
razão pela qual se pode dizer que o discurso é da ordem da história.

A consideração da relação linguística/extralingüística, o reconheci-
amento da história, a reintrodução da subjetividade (ainda que em novas bases,
que substituam o eu romântico individualista pelo eu coletivo marxista) — todas
essas questões desestabilizam o formalismo riguroso da Linguística estruturalis-
ta para pôr em destaque o que é instável e, portanto, até então, inatingível
pela ciência. Ocorre, entretanto, que a própria noção de sistema sempre previu
a possibilidade do rompimento. Os formalistas russos dedicaram-se a essa ques-
tão. Mesmo as instabilidades obedecem a certas coerções, que são a garantia
da existência do sentido. É em busca dessas coerções, e na certeza de que
geram determinados procedimentos enunciativos, que as linguísticas do dis-
curso trabalham.

O contágio das paixões

A entrada em cena da análise do discurso coincide — no tempo e nos inter-
esses — com a valorização dos estudos de Semiótica, consolidando este campo do
conhecimento como um dos caminhos teóricos para os estudos do discurso,
do sentido, dos textos. Confirmando a regra de que, ainda na origem, um siste-
ma de pensamento oferece os silêncios e lacunas a partir dos quais serão
construídos os argumentos de contestação ou de aperfeiçoamento deste siste-
ma. Já Saussure reconhecia a necessidade de se conceber “uma ciência que
estude a vida dos signos no seio da vida social”, chamando-a Semiologia
(SAUSSEUR, s.d., 24).

Durante certo período, Semiologia e Semiótica são termos que coexistem
para designar a teoria da linguagem e suas aplicações a diferentes conjuntos significantes. Nos anos 70, já tendo sido criada a Association Internationale de Sémiotique, o conteúdo metodológico das duas disciplinas se diferencia. O projeto semiológico restringe-se à proposta saussuriana, aplicando aos signos em geral o modelo do signo linguístico. De inspiração conotativa, trata da descrição dos significados como uma questão de parâmetros, postulando a medição das línguas naturais no processo de leitura de significados das semióticas não linguísticas. Já a Semiótica recusa tal mediação, pois pretende construir uma metalinguagem apropriada, capaz de servir como instrumento de análise de qualquer objeto semiótico.

Com esta proposta, a Semiótica constrói-se como uma teoria da significação, sem, evidentemente, escapar de naturalis dissenso e consequentes diferenças teóricas determinadas por percepções heterogêneas do objeto estudado. Podem ser citadas a semiótica italiana, a americana, a soviética e a francesa. A primeira foi concebida e desenvolve-se como uma forma de filosofia da linguagem, uma reflexão sobre os signos, suas relações intra- e extra-sistêmicas. A semiótica americana tem em Peirce seu fundador e mais fértil pensador. Para Peirce, que pretendia construir uma filosofia científica da linguagem, tudo o que o homem faz é uma questão semiótica. A partir deste princípio geral, o semiótico americano postula categorias universais para a compreensão dos fenômenos, baseadas em tais categorias para o conceito dos fatores: num primeiro patamar, o da primeiridade, dá-se a primeira percepção do objeto, um pressentimento que é o "quase-signo"; num segundo momento, o da secundidade, os dados ou fatores já são vistos como corporificações materiais das sensações, observáveis no mundo real; a terceiridade é o patamar de domínio do signo, no qual se faz a interpretação do mundo. A semiótica soviética, melhor, russia, desenvolve-se a partir de 1960 e tem sua origem mais profunda na teoria bakhtiniana e nos estudos formalistas. A consciência semiótica dos teóricos da Escola de Tartu, Lotman à frente, tende para uma "visão globalizadora da cultura" (SCHNAIDERMANN, 1978, 25) e desenvolve análises importantes e ricas sobre as manifestações da arte, da literatura, do folclore, dos mitos. A semiótica da Escola de Paris tem base linguística, privilegiando especialmente as contribuições de Saussure e Hjelmslev. Seu fundador é Greimas e é dele que pretendo tratar em seguida.

Os (nem tão) efêmeros interesses

O ponto de partida da Semiótica é a estreita correlação entre significante e significado, baseada numa relação de pressuposição recíproca (Saussure) ou numa relação de solidariedade (Hjelmslev). Retomando a dicotomia saussuriana significant-significado, Hjelmslev enriquece-a estabelecendo a oposição entre os planos da expressão e do conteúdo, cada um deles constituído por forma e substância. Para o linguista dinamarquês, a expressão e o conteúdo só podem ser apreendidos como forma e que define o signo é a conjunção da forma da expressão e da forma do conteúdo, sendo esta conjunção a responsável pela semiose ou função semiótica do signo. É a partir dessa herança que Greimas inicia o projeto de construção de uma teoria geral da significação, que começa a esboçar na sua Semântica Estrutural, quando propõe uma análise interna, imanente e estrutural do sentido. Mais adiante, ao estabelecer as bases da Semiótica, Greimas retoma estes princípios para explicar os mecanismos discursivos de produção de sentido nos textos, pretendendo mostrar no que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz" (DARROIS, 1990, 7).

A Semiótica greimasiana parte da compreensão do texto como objeto, ao mesmo tempo, de significação e comunicação. Sob o ponto de vista da significação, os textos são analisados internamente; sob o ponto de vista da comunicação, a análise considera as relações do texto com o que lhe é externo. Para conciliar as duas análises, a Semiótica examina os procedimentos de organização textual e os mecanismos enunciativos de produção e recepção dos textos. Considera a produção de sentido um percurso gerativo constituído de três níveis: o fundamental, em que a significação surge como oposição semântica mínima, o narrativo, em que um sujeito assume a ação e realiza transformações de estados, e o discursivo, em que a narrativa é assumida por um sujeito da enunciação. As estruturas fundadas em fundamentais "definem a maneira de ser fundamental de um indivíduo ou de uma sociedade" e "determinam as condições de existência dos objetos semióticos" (GREIMAS, 1975, 126).
narratividade é componente de todos os textos e pode ser definida como a transformação situada entre dois estados sucessivos e diferentes, a narrativa realiza-se sob a forma de uma sequência canônica constituída de quatro momentos: manipulação, competência, performances e sanção. O nível discursivo produz as variações de conteúdos narrativos invariantes. Um sujeito da enunciação converte em discurso os esquemas narrativos, por meio dos mecanismos de projeção dos atores, do espaço e do tempo. No nível semântico do discurso, o sentido concretiza-se por meio de tempos e figuras.

Já afirmei, num outro trabalho (TEIXEIRA, 1996), que as camadas de produção do sentido dos textos podem encontrar paralelo nas etapas de elaboração da pintura: a preparação do suporte, o esboço e a execução da pintura correspondem às etapas dos níveis fundamental, narrativo e discursivo de construção do sentido. É assim como o quadro pronto é um objeto significativo que se pode perfurar com a observação treinada em descobrir o que está por trás do imediatamente visível, também os textos são totalidades de sentido que a observação semiótica tem a capacidade de perfurar para recuperá-los o processo de construção do sentido. No percurso invertido ao da criação, trata-se de desconstruir o que se apresenta pronto, tomar a pista da manifestação para alcançar a imanência.

A interseção de planos
Examinando o percurso gerativo do sentido, a Semiótica, voltada para o plano do conteúdo, percorre os níveis de construção dos textos, indo do mais simples ao mais complexo e do mais abstrato ao mais concreto.

Nível fundamental:
No exame do nível fundamental, considera-se que o que determina as condições de existência dos objetos semióticos é uma estrutura elementar de significação que, partindo da oposição entre dois semas contrários, possa oferecer um conjunto mínimo de termos e relações operacionalizáveis no quadro semiótico. São operações de negação e asserção que vão gerando os termos. Assim, por exemplo, podemos considerar, no conto O espelho, que a um movimento de negação, de apagamento contrapõe-se um outro de afirmação, de preenchimento, esses dois movimentos contrários constituindo o eixo da identidade. A sucessão de operações de negação e asserção mapela as relações sintáticas do nível fundamental, a serem preenchidas semanticamente com a axiologia dos termos do quadrado.

Para a transformação dos micro-universos semânticos em axiologia, usa-se a categoria tímica articulada nos termos eufrônicos (positivo) e disfônicos (negativo). Prevendo a reversibilidade das tímias, a teoria semiótica recomenda que o analista detenha-se sobre os valores disseminados no texto. Para voltar ao exemplo de O espelho, o apagamento que é eufróico num primeiro momento, logo em seguida se tornará disfôrico, pois o personagem recusará a não-imagem (“De golpe, abandonei a investigação. Deixei, mesmo, por meses, de me olhar em qualquer espelho”), para procurar, mais adiante, a imagem que fará o leitor reverter a primeira axiologia, passando a ler o apagamento como disfôrico e a afirmação, o preenchimento e eufrônicos.

A simples possibilidade de reversão de enquadramentos face às pistas que o texto vai oferecendo, entretanto, não parece suficiente para derrubar a crítica que costuma considerar o modelo greimésiano fechado e excessivamente formalista. Pretendem os opositores que Greimas tenha permanecido fiel a um estruturalismo rígido cujos limites prendem a leitura dos textos a esquemas imutáveis e pré-concebidos. Penso, na boa e calorosa companhia de Frederic Jameson, que “em Greimas, a concepção dos níveis e sua homologia é colocada como ponto de partida metodológico, como conjunto de categorias a serem exploradas, e não como avaliação dos resultados de uma análise” (JAMESON, 1992, 42). É a compreensão do esquema greimésiano como uma proposta metodológica que me permite utilizá-lo para redimensionar a leitura de um texto. O quadrado semiótico (ou retângulo, como o chama Jameson, não sei por que distorção geométrica) e, assim, o lugar de mapeamento das categorias semânticas básicas, no lugar do fechamento Semântico:

No caso de Greimas, mostraremos como esse esquema analítico aparentemente estático, organizado em torno de oposições binárias em vez de dialéticas, e que continua a pressupor a relação entre os níveis em termos de homologia,
pode ser retomado por uma crítica historicista e dialética, ao designá-lo como o próprio local e modelo de um fechamento ideológico. Assim visto, o retângulo semiótico torna-se um instrumento vital para a exploração das complexidades ideológicas e semânticas do texto – não tanto porque, como no obra de Greimas, ele ofereça as possibilidades objetivas segundo as quais, digamos, a passagem e os elementos físicos devem necessariamente ser percebidos, mas porque mapeia os limites de uma consciência ideológica específica e marca os pontos conceituais além dos quais essa consciência não pode ir, e entre os quais está condenada a oscilar (JAMESON, 1992, 43).

Concebido como uma “pequena dramaturgia” (FLOCH, 1990, 27), o quadradito semiótico supõe uma complexificação progressiva das operações, gerando termos e conceitos que, num jogo de contradições e contraditoriedades, implicações e negações, serão capazes de “mapear” não só os “limites de uma consciência”, mas os seus vazios, os espaços não preenchidos, as relações supostas, os conceitos interdigitados. A leitura, assim, dando conta, a um só tempo, da palavra e de silêncio, poderá apontar não só a limitação – e, portanto, a definição – da consciência ideológica que produz o texto, mas também a sua contraparte: aquilo que, silenciado, significa. Por esta razão, considera-se que a própria formação greimiana oferece a base teórica para a superação dos limites do binarismo inicial do modelo. A leitura de um objeto significante qualquer a partir de uma oposição semântica básica (por exemplo, bem vs. mal, interioridade vs. exterioridade, sombra vs. luz) vai oferecer o ponto de partida para operações mais complexas, por meio das quais se poderão detectar os preenchimentos textuais das categorias identificadas. Tais preenchimentos são que poderão, marcando “os pontos conceituais além dos quais essa consciência não pode ir, ampliar ao máximo ou reduzir ao mínimo o potencial significativo dos termos assinalados no quadradito. Os limites, pois, estarão nos termos, em suas “complexidades semânticas e ideológicas”, e não no modelo, que facilmente supera o binarismo para dar lugar a um confronto dialético das oposições categoriais.

Nível narrativo

A conversão das estruturas fundamentais em estruturas narrativas introduz a continuidade na descontinuidade das etapas (BARROS, 1988, 27). Pela ação de um sujeito, as operações lógicas do nível fundamental convertem-se nas transformações narrativas, ou seja, nas alterações de estado por meio de enunciados de fazer. Num enunciado de estado, há um sujeito em relação de junção (conjunção ou disjunção) com um objeto. Num enunciado de fazer opera-se a transformação de estados (estado conjunto para disjunto ao estado disjunto para conjunto). A sucessividade de enunciados de ser e de fazer, marcando as relações de transitividade entre os actantes sujeito e objeto, organiza-se sintaticamente numa sequência canônica constituída pelas etapas de manipulação, competência, performance e sanção.

A manipulação pode ser definida como um fazer-fazer. Um destinador-manipulador impõe um destinatário-manipulado a não-poder-não-fazer determinada ação; o destinatário aceita o contrato proposto. Nesta etapa, esboçam-se pela primeira vez as estruturas modais que permeiam as relações entre os sujeitos e entre sujeitos e objetos. Querer, dever, saber e poder são as quatro modalidades do ser ou do fazer que modificam, que modalizam, que dão o tom das relações entre os actantes da narrativa. Assim, por exemplo, a autoridade de um destinador pode ser dissimulada para levar o destinatário a agir sob impulso de um querer ou, ao contrário, poderá estar acirrada para levar o destinatário a agir sob o comando de um dever. A manipulação segue-se a competência, etapa do saber-fazer, do poder-fazer, potencialidades que antecedem o fazer concretizado na performance, momento da mudança de estado do sujeito, que entra em conjunção ou em disjunção com o objeto-valor. Em seguida, o sujeito terá sua ação julgada, no momento da sanção. Poder-se a critica ou pragmática, a sanção recupera o passo do manipulador. O manipulador, agora transformado em julgador, avalia o passo do sujeito (constituído de competência e performance).

Esses três passos – o da manipulação, o do sujeito e o da sanção – constituem um esquema narrativo canônico. Os esquemas organizam-se de acordo
com uma estratégia narrativa que articula os componentes sintáticos já derivados de seus desdobramentos discursivos. É a estratégia que, além de articular os três percursos, aponta as possíveis polémicas, mostra os embates entre sujeitos e anti-sujeitos na busca de valores e define a recursividade de programas e percursos.

Toda essa hierarquia sintática é recoberta semanticamente por valores ideológicos que reconstituiram os valores axiológicos virtuais do nível fundamental e definem as relações de junção do sujeito com os objetos. Caracterizados como objeto modal (objeto necessário para se obter outro: o querer, o dever, o saber, o poder) ou como objeto de valor (objeto com que se entra em conjunção ou disjunção na performance principal), os objetos circulam entre os sujeitos e importam não pela sua existência material mas pelos valores que representam. Um carro, por exemplo, pode representar conforto, segurança, facilidade de locomoção, ascensão social, etc. Cada uma dessas concepções constituirá um valor e marcará um tipo diferente de relação entre sujeito e objeto, definindo o conjunto dessas relações o viés ideológico de um texto.

Estudos mais recentes de semiótica narrativa dão especial ênfase à questão da paixão, entendida como um efeito de sentido que modifica o sujeito de estado:

(...) não apenas o sujeito do discurso é suscetível de transformar-se em sujeito apaixonado, perturbando seu dizer cognitiva e pragmicamente programado, mas também o sujeito do "dito" discursivo é capaz de interromper e de desviar sua própria racionalidade narrativa para emprestar um percurso passional, ou mesmo acompanhar o precedente, perturbando-o por suas pulsões discordantes. (GREIMAS, FONTANILLO, 1993, 17)

O exame das paixões incorpora à semiótica um olhar sobre o descontinuo, possibilitando a consideração, na análise dos textos, das ondulações, das gradações, das sinuosidades, das tensões, das surpresas, das reviravoltas. É um caminho novo que se abre e que permitirá abordagens mais finas: o acolhimento das paixões (e sempre se deve bendizer as paixões) desarma o modelo original aqui esboçado para enriquecê-lo com a entrada em cena da "fratura", da "cisão", da "sombra", do "dever" (v. GREIMAS, FONTANILLO, 1993).

Alargando a definição do percurso gerativo do sentido com a incorporação de um novo "triângulo heurístico cujo valor teórico" se pretende demonstrar - os conceitos de "modulação, modalização e aspetualização" - a teoria semiótica está "alerta às próprias lacunas e falhas, a fim de preenchê-las, retificá-las". (GREIMAS, FONTANILLO, 1993, 37 e 9).

Nível discursivo

É no nível discursivo que o sentido alcança seu patamar mais superficial e, ao mesmo tempo, mais específico e complexo. A introdução de um sujeito da enunciação imprime variações aos conteúdos narrativos invariants, com a projeção de escolhas que não só espacializam, temporalizam e alicerçam o discurso, mas também revestem-no das coberturas temáticas e figurativas que lhe darão identidade e filiação.

Se a semiótica ainda procura formalizar análise global e organizada da enunciação, já obteve progressos consideráveis na identificação e operacionalização dos elementos da enunciação revelados no enunciado. Desta forma, o discurso se situarão fora de qualquer teoria geral do discurso, a teoria semiótica, considerando a enunciação o lugar interposto entre as estruturas semióticas virtuais e sua atualização no discurso, pretende dar conta desse eixo sintético em que um sujeito, em relação com um anti-sujeito, projeta as categorias de espaço, tempo e pessoa como as ancoragens que, para além de seu caráter local e disperso, identificam um contexto a ser semiotizado pela análise. Acentuando-se às formulações fundamentais de Benveniste e Bakhitin a contribuição de uma semiótica das situações, pretende-se examinar o sistema extratextual, ponto de partida figurativo do texto, na sua relação com o enunciado, lugar de explicativa da configuração actancial do texto.

Para Greimas, a enunciação é a instância de mediação entre as estruturas semióticas virtuais e as estruturas discursivas. Já em Benveniste a enunciação era não apenas o lugar de um sujeito, mas o lugar de um eu em relação com outro, ambos localizados num contexto referencial. É a percepção deste contexto como um espaço semiotizado que permite aos Greimas avançar na construção de um modelo de análise da enunciação. O sujeito que, ao tomar a palavra,
constroi enunciados, constrói também, como reflexo e como origem, a situação de que fala. Esse mundo construído, que é, ao mesmo tempo, linguagem verbal e outras linguagens, está dado no discurso, cujo percurso de produção de sentido será desvendado pelo descobrimento das instâncias de semioização do real, aqui entendido como o referente e sua representação. Incorporando a base teórica da concepção dialógica de todo texto a novidade metodológica de integrar o “fora do texto” à análise, a Semiótica pretende buscar as nuances da relação que transforma o ato fático inicial numa relação conjuntiva entre um enunciador e um enunciado, simulacros discursivos, ambos, do sujeito da enunciação.

Analisar a enunciação, pois, mais que encontrar suas marcas num enunciado dado, significa mapear as redes de relações formais e os efeitos de sentido dali decorrentes, constituindo delas que Maingueneau chama a “cena enunciativa”, compreendida não como “máscara do ‘real’, mas uma de suas formas, estando este real investido pelo discurso” (MAINGUENEAU, 1989, 34).

Essa realidade discursiva realizada concretamente nos textos é, enfim, aquilo que o analista procura revelar, decompondo para depois reunir, fragmentando para afinar a análise. Organizar esse percurso de decomposição e fragmentação parece-me ser a grande questão teórica da análise.

Para além de identificar as debaseias, no enunciado, das representações de pessoa, espaço e tempo, observando os efeitos de sentido que produzem, deve o semiocritista preocupar-se com os mecanismos de argumentação que definem a relação entre enunciador e enunciado. Falar é sempre buscar persuadir, conquistar a adesão de um outro que, ele também, ao desejando a persuasão, conquista a parceira do primeiro. Neste jogo dramático representado no mais simples diálogo, a definição de papéis está marcada pela configuração social dos interlocutores, e se teoricamente a inversão desses papéis é não só possível, mas também definida do próprio ato de intercâmbio verbal, na prática as relações econômicas e sociais aprimoram falante e ouvinte em posições concretamente fixas.

Haverá sempre, entretanto e por isso a teoria contempla a natureza mutável da relação, a virtual reversão de papéis. Se manda quem pode e obedece quem vem juiz, a obediência pode ser a simulação de um assentimento prestes a romper a ordem e estabelecer novo padrão em que muda quem manda, mas continua a obedecer quem tem juízo, agora em lugares invertidos. Fazer crer, pois, é saber dizer. Na outra ponta, é aquele que confia que, pelo seu fazer interpretativo, investe quem fala da credibilidade de uma imagem verbal ou verbalizável de portador de um dizer verdadeiro. São, portanto, os mecanismos de persuasão e seu contraponto da ação interpretativa que regulam a atividade verbal, construindo, no lugar da enunciação, o cenário em que um enunciador e um enunciado expõem as operações através das quais a palavra representa os embates sociais.

Também no nível semântico do discurso tais relações, confrontos e definições de lugares e papéis podem ser identificadas. As escolhas temáticas e figurativas constroem percurso ideológicos que reiteram a construção social do sujeito da enunciação. A semântica discursiva deve, por isso, ser tratada como lugar de convergência de todos os outros níveis de produção e de análise dos textos: percurso temáticos e figurativos concretizam os percurso narrativos abstratos construídos a partir das categorias semânticas fundamentais, atores constituem-se na junção de papéis acionais e temáticos, a recorrência de temas e figuras recuperada, enfim, as categorias sintáticas e semânticas disseminadas nos palmares de construção dos textos para construir os efeitos de verdade e de realidade do discurso.

E se a análise da semântica discursiva deve operar com as relações entre os níveis de construção do texto, deve também, ao mesmo tempo, observar os dois procedimentos semânticos estritamente discursivos, a tematização e a figurativização, como interdependentes e complementares, ainda que definíveis por oposição. Courtes distingue o temático do figurativo pela oposição entre conceitual e sensorial, sem deixar de enfatizar a relação entre eles. Afirma que a articulação do pólo temático ao figurativo tem relação com as duas funções constitutivas do discurso, a função descritiva ou representativa e a função predicativa ou interpretativa.
temático) (GREIMAS & COURTÉS, 1986, 237). Os discursos, pois, serão sempre figurativos e serão sempre temáticos, embora possam, acentuando os efeitos de realidade ou de referente, privilegiar a figuração, ou, ao contrário, enfatizando os efeitos de enunciação, caracterizar-se como temáticos.

A ponte de um mistério

Se começarmos este texto com a pergunta com a qual Guimarães Rosa abre O espelho, poderia agora concluir com a proposta que abre o conto: "Se quer seguir-me, narre-lo; não uma aventura, mas experiência, a que me induziram, alternadamente, séries de raciocínios e intuições." Pois o que mais desejam os professores, os escritores, os ensaiistas são seguidores? Não seguidores monetários das linhas que escrevem, seguidores da linearidade de seus discursos. Desejam, na verdade, adeptos, gente que queira seguir-nos na empreitada a que se dedicam. A experiência, os raciocínios, a intuição tornam forma de texto, adivinhando o leitor, pensando-o, buscando-o. É por isso que escrevemos, falamos, argumentamos. "A gente é criada de frases", descobriu o poeta Manoel de Barros. Criam e criadores de frases, os homens buscam sua inserção social, procuram os semelhantes, afrontam ou aproximam os desiguais. Escrevem textos e desejam seguidores.

Colocar a Semiótica diante do espelho, para expor-lhe as rugas de inquietação, pode não ter sido tarefa das mais fáceis: "Tomou-me tempo, desânimo, esforços. Dela me prezo, sem vangloriá-la." A intenção foi a de divulgar, especialmente entre os alunos de Letras, graduação e pós, uma teoria que considere o fértil e produtivo na análise de textos, apresentando seus principais postulados teóricos. Mais que isso, desejo mostrar a importância de um suporte teórico na formulação de uma metodologia de abordagem dos textos. "Disse. Se me permitem, espero, agora, sua opinião, mesma, do senhor, sobre tanto assunto. Solicito os reparos que se digne dar-me, a mim, servo do senhor, recente amigo, mas companheiro no amor da ciência, de seus transviados acertos e de seus esbarros titubeados. Sim?"